

**PASSAR(EM) E TRABALHAR NO ESPAÇO DE FRONTEIRA: VIVÊNCIAS E
TRAJETÓRIAS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CAMPO ENTRE GUAÍRA E
SALTOS DEL GUAYRÁ (1985-2020)¹**

**TO PASS AND WORK IN THE BORDER SPACE: EXPERIENCES AND
TRAJECTORIES IN LABOR RELATIONS IN THE COUNTRYSIDE BETWEEN
GUAÍRA AND SALTOS DEL GUAYRÁ (1985-2020)**

Vanderson Wiliam Ribeiro SILVA²

Resumo: O objeto do presente artigo foi analisar experiências construídas por um trabalhador paraguaio, no qual problematizei conceitos, como: relações de trabalho, trajetória, imigração e exploração no espaço de fronteira em Guaíra entre as décadas de 1985 e 2020. Utilizei como fonte, uma narrativa oral produzida no ano de 2024, assim como discussões metodológicas e bibliografias que se relacionaram a pensar o espaço de fronteira e relações de trabalho. Desse modo, a discussão central dialogou com a categoria de trabalho análogo a escravidão, no qual analisei o fenômeno, discussões a respeito e como isso foi vivenciado pelo entrevistado. Para a produção dessa análise, utilizei como abordagem teórica as discussões relacionadas ao materialismo histórico britânico e o debate proposto pela História do Trabalho problematizando relações de exploração e pressões construídas a partir da experiência desse trabalhador e suas possíveis associações com o espaço de fronteira de Saltos Del Guayrá, Paraguai e Guaíra, Brasil.

Palavras-chave: Trabalhadores; Trajetórias; Narrativas Orais; Relações de exploração; Guaíra.

Abstract: The object of the present article was to analyze experiences constructed by a Paraguayan worker, in which I problematized concepts such as labor relations, trajectory, immigration, and exploitation in the border area of Guaíra between the decades of 1985 and 2020. I utilized as a source an oral narrative produced in 2024, as well as methodological discussions and bibliographies related to conceptualizing the border area and labor relations. Therefore, the central discussion engaged with the category of forced labour, in which I analyzed the phenomenon, relevant discussions, and how this was experienced by the interviewee. To produce this analysis, I used as a theoretical approach the discussions related to British Historical Materialism and the debate proposed by Labor History, problematizing the relations of exploitation and pressures built from the experience of this worker and its possible associations with the border area of Saltos Del Guayrá, Paraguay, and Guaíra, Brazil.

Keywords: Workers; Trajectory; Oral narrative; relations of exploitation; Guaíra.

Introdução

Descrevendo sobre Guaíra, cidade fronteiriça do Oeste do Paraná, Ernest Mann em seu diário da década de 1970 mencionou que:

¹ Pesquisa originalmente apresentada no VII Seminário Internacional dos Espaços de Fronteira (Geofronteiras): Avanços e Retrocessos na circulação transfronteiriça, em novembro de 2024, enquanto prática e reflexão para a construção do projeto de doutorado em História, apresentado por mim em fevereiro de 2025, tendo como tese as relações do trabalho análogo a escravidão no espaço de fronteira do Oeste do Paraná.

² Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Contato: vanderson.ribeiro.2010@gmail.com.

O grupo étnico, que deu origem a cidade, foram os PARAGUAIOS, pois os descendentes dos antigos “herveiros” da Cia. Mate Laranjeira e os funcionários desta firma formaram o primeiro núcleo habitacional na cidade de Guaíra (Ernest Mann, 1970).

Mann, um estudioso e memorialista, teve como destino Guaíra, em fins da década de 1960, posteriormente ao processo de ocupação e loteamento das glebas da companhia Mate Laranjeira. O escritor construiu seu diário a partir de apontamentos sobre as Sete Quedas³, descrições gerais sobre a população (como pôde ser visto) e sobre a espacialidade física e política da localidade. Ao mencionar sobre paraguaios como a população predominante, o autor se coloca enquanto descritor do que viu, mas ao mesmo tempo dialoga com uma concepção generalizante que mistura os indígenas que viviam desde tempos imemoriais na região com os paraguaios do departamento (equivalente a noção de estado no Brasil) de Canindeyú.

Essa perspectiva dialoga com outros memorialistas, como Muntoreanu que ao referir-se aos trabalhadores que estavam presentes em Guaíra na sua fundação, menciona que eram “os operários sem nenhuma qualificação, pessoas muito simples, em sua maioria paraguaios, poucos argentinos” (Muntoreanu, 1992, p.47). A autora, diferentemente de Mann nasceu em Guaíra e era descendente de uma família de argentinos que trabalhavam como engenheiros na Companhia Mate Laranjeira. Porém, de forma parecida, essa escritora chega a mesma conclusão do autor a respeito designação identitária, utilizando inclusive também da memória para construir uma narrativa a respeito desse local.

A imigração para essa localidade está imbricada na teia de narrativas e histórias e uma evidência que pode ser observado disso é a Capela de Nossa Senhora de Caacupé, padroeira do Paraguai que se localiza no bairro “Vila Velha”, próximo ao Rio Paraná. Essas dinâmicas encontram especificidade nesse local de fronteira, pois tratasse de um espaço onde existem disputas e projetos de sobrevivência, onde, como observado, muitos paraguaios e indígenas se fizeram presentes.

Porém esse processo imigração não abrange um passado longínquo, e os “primórdios” de Guaíra, detalhe que busco discutir no presente artigo. Com isso em mente, nesse texto foi analisado as relações de trabalho estabelecidas por um trabalhador paraguaio que chegou em

³ Cadeia de cachoeiras que se situavam no Rio Paraná e foi considerado um atrativo turístico de Guaíra-PR até o começo da década de 1980. Em 1982 especificamente, em decorrência do acordo assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, ocorreu o alagamento das Sete Quedas para construção do Lago Artificial da Usina Hidroelétrica da Itaipu Binacional. Para conhecer mais acerca do assunto, é possível consultar: Silva, 2008.

Guaíra na década de 2010. A partir desses, questões como: *qual o significado da fronteira nessa região? Como foi a construção de trajetória do Paraguai para Guaíra? Qual foi a experiência de trabalho construída nesse local? Como essa experiência dialoga com a de outros sujeitos que também vieram a fronteira?* Podem ser utilizadas para movimentar o debate em torno dos modos de vida de trabalhadores nesse espaço.

A fonte principal para essa discussão é a narrativa oral do trabalhador mencionado, constituída por uma entrevista produzida a partir de um roteiro semiestruturado que durou cerca de 30 minutos. Busquei com essa fonte, pensar os significados atribuídos e as interpretações que o entrevistado realizou ao analisar seu passado a partir da perspectiva do presente. Essa ação teve como propósito destoar das análises que generalizam as vivências de trabalhadores, como as discussões memorialistas apresentadas, compreendendo ainda as particularidades dos sujeitos, para pensar sobre suas dinâmicas, pressões e os limites que se encontram dentro dessa classe. Para situar Guaíra, apresento uma imagem da espacialidade onde é possível notar os limites municipais, bem como a divisa fronteiriça:

Figura 01 – Imagem compreendendo o município de Guaíra-PR, as divisas entre municípios do Brasil, e a fronteira com o Paraguai.



Fonte: <https://www.viajeparana.com/Guaira>.

A movimentação imigratória, que se constituiu enquanto uma constância para essa localidade, sugere a transitoriedade presente nesse espaço de fronteira, entre Guaíra e Salto

Del Guayrá⁴. Na década de 1990, foi construída a ponte Ayrton Senna, edificação que teve como alicerce os pilares da “Usina Ilha Grande”, hidroelétrica que foi desativada de decorrência da inauguração da Itaipu Binacional, no começo dos anos de 1980. Essa ponte teve como proposta a aceleração do transporte entre o Brasil e o Paraguai, partindo do pressuposto que anteriormente a esta o transporte era realizado por balsas que atravessavam o Rio Paraná (Rocha & Ferrari, 2024, p.7-9).

Com a construção da ponte, ocorreu a intensificação das trajetórias de pessoas que buscavam em ambos os lados, empregos, vivências e estabelecimento de dinâmicas próprias de locais de fronteira, como os movimentos pendulares⁵, a compra de bens de consumo e aparelhos, o acesso a serviços variados, como escola, supermercados e saúde (Rocha & Ferrari, 2004, p.9-12). Foi em busca de alguns desses objetivos que o Sr. A⁶, o sujeito apresentado em seguida, chegou em Guaíra no ano de 2011.

Construindo uma vida de trajetórias

Ele é um trabalhador que entrevistei em julho de 2024, momento que ele possuía 32 anos de idade. Sr. A nasceu em Coronel Oviedo, capital do departamento de *Caaguazú*, há cerca de 150 quilômetros da capital do Paraguai (Asunción), em novembro de 1992. O entrevistado foi criado por sua mãe e sua avó, pois narrou que seu pai abandonou sua família antes mesmo do seu nascimento. Em Coronel Oviedo, suas duas familiares laboravam no serviço doméstico, trabalhando como diarista na limpeza de casas na cidade. Em um dos primeiros momentos da nossa conversa o entrevistado mencionou que:

Sr. A: Aí um dia eu ia com a minha vó, outro dia eu ia com a minha mãe, trabalhar no serviço com eles né!? Pra eu não ficar sozinho

A entendi, quando você era pequeno mesmo, eles te levavam para trabalhar

Sr. A: Isso... É que lá não tinha creche né!? A situação lá é meio difícil, não é igual aqui que tem creche, essas coisas, lá é mais difícil, até os seis anos,

⁴ O município é capital do departamento de *Canindeyú* e fica há cerca de 20 quilômetros do centro de Guaíra-PR, porém é necessário realizar a travessia pela Ponte Ayrton Senna, bem como passar primeiramente pelo estado do Mato Grosso do Sul, para posteriormente atravessar a fronteira para o Paraguai.

⁵ Movimento pendular está relacionado ao conceito utilizado principalmente por sociólogos (Albuquerque, 2008) para referir-se ao fluxo imigratório/migratório de trabalhadores que constroem a trajetória diariamente para laborar em outra localidade.

⁶ O nome que foi utilizado ao decorrer do texto tratasse de um pseudônimo (nome falso) que está sendo utilizado na presente pesquisa enquanto forma de resguardar a identidade, bem como informações do trabalhador entrevistado.

cinco anos, eu comecei a frequentar a escola. (Entrevista realizada com o Sr. A, Terra Roxa, 14/07/2024).

A prática recorrente dos familiares do Sr. A indica num primeiro momento a dificuldade socioeconômica que eles possuíam, aspecto que está implícito na própria análise do entrevistado e está imbricado nas motivações e comparações entre o “lá e aqui” da fronteira. Porém, além desse ponto, a própria fala do Sr. A acerca da creche sugere a produção da memória no caso apresentado.

O trabalhador que conclui sobre a dificuldade de existir um espaço para cuidado dos filhos pequenos não foi o Sr. A de “seis, ou cinco anos”, mas sim o Sr. A do *Hoje*, momento no qual ele possui dois filhos nessa faixa de idade. Morando atualmente na cidade de Guaíra, ele demandou uma creche, porque tanto o entrevistado, quanto sua esposa atual laboram em lugares diferentes, ou seja, necessitando desse espaço de cuidado/educação das crianças mais novas para que eles não necessitem gastar dinheiro para contratar alguém, partindo do pressuposto também que eles não possuem parentes que residem próximos para realizar essa função.

Desse modo, parto do pressuposto que a narrativa oral do entrevistado, enquanto fonte histórica é construída, seja porque ao entrevistar um sujeito, como o Sr. A, eu fiz as minhas questões, bem como foram os interesses dele e os meus que moldaram o nosso diálogo, seja porque existem subjetividades nas respostas apresentadas que foram narradas acerca da trajetória de vida do entrevistado. A partir dessa fonte, o foco desse diálogo não se tornou apenas os eventos históricos vivenciados, mas sim os significados que o sujeito histórico atribuiu a certos fatos. Dialogando com Portelli (2010) e Thomson (1998) é possível perceber por exemplo, como a narrativa oral é representativa para pensar como as pessoas constroem novos sentidos do passado a partir do tempo presente, como a situação narrada em torno da creche e a visão a respeito do Paraguai, que Sr. A construiu ao estar no Brasil.

Quando o entrevistado estava com dez anos, posteriormente a ter terminado o *colégio* (Equivalente ao Ensino Fundamental I no Brasil), sua mãe se casou com outro paraguaio. Eles se locomoveram de Coronel Oviedo, para o distrito de *Capiibary* (cerca de 100 quilômetros dessa primeira localidade). Essa família buscou moradia nesse local porque o padrasto do Sr. A possuía parentes que residiam em uma propriedade no sítio próximo ao distrito. Nesse local, Sr. A começou a laborar com 13 anos de idade em conjunto com seu padrasto, ajudando no cultivo de frutas e verduras para venda no mercado, trabalho que toda a família realizava

junto. O entrevistado também conciliava isso com o estudo e em decorrência disso, ele estudava no turno noturno numa escola que existia no distrito.

Por volta dos 16 anos, Sr. A se mudou da casa da sua mãe e de seu padrasto, indo morar com uma namorada que ele conheceu no distrito, no espaço urbano de *Capiibary*, espaço onde ele cuidou por quatro meses de dois filhos que ele teve com essa companheira. Após conflitos internos, o entrevistado saiu da casa da sua namorada, regressando para casa da sua mãe e do padrasto, buscando formas de trabalho para auxiliar sua ex-companheira para criação de seus filhos.

A migração se aparentou enquanto processo corrente nessa vivência inicial do Sr. A, seja desde quando ele se mudou de Coronel Oviedo até *Capiibary*, até quando o entrevistado migrou entre o campo e a cidade nessa última localidade. Esses aspectos indicam em parte a avaliação e a movimentação da família do entrevistado enquanto forma de manter ou melhorar as condições de vida. É possível notar que a mãe e a avó do Sr. A eram trabalhadoras e seu padrasto que também era trabalhador, mas possuía uma propriedade, poderiam laborar em conjunto, construindo dessa forma a sobrevivência.

Robson Laverdi (2005), analisou múltiplas itinerâncias de trabalhadores para e do Oeste do Paraná entre as décadas de 1960-1990, escolhendo como ponto focal o Município de Marechal Cândido Rondon-PR, há cerca de 60 quilômetros de Guaíra-PR. O foco do escritor se relacionou com a discussão das trajetórias, pensando relações estabelecidas por “sulistas” e “nortistas”, relacionando como as fricções culturais e de identidade foram construídos por grupos de trabalhadores ao lidarem com os mesmos espaços de sociabilidade e trabalho.

Compreendo que o objeto do presente artigo não está relacionado a analisar as relações de identidade, mas por outro lado, é possível pensar sobre a construção da cultura enquanto ação prática como será visto em seguida. Ao mesmo tempo, consigo construir diálogos com Robson Laverdi ao analisar as formas de trajetórias e itinerâncias e como esta é atravessada por pressões, modos de vida e possibilidades. Nesse sentido, observo que esse aspecto não ficou palpável na quantidade de vezes que o Sr. A imigrou, mas sim como este o fez, em outras palavras, a partir dos laços familiares da sua mãe e seu padrasto e das viagens que ele fez ao vir para a fronteira do Brasil como será percebido.

Pensando o espaço fronteiriço e as relações de trabalho

Na busca por trabalho que o Sr. A almejou a vinda para o outro lado da fronteira, enquanto vislumbre de melhores condições de vida e possibilidades de emprego. Desse modo, quando questionei se foi difícil atravessar a fronteira entre Salto Del Guaíra, Paraguai e Mundo Novo/Guaíra, Brasil, o entrevistado comentou simplesmente que “Não, fronteira não tem” (Entrevista realizada com o Sr. A, Terra Roxa, 14/07/2024). No primeiro momento essa constatação refere-se justamente ao fato de que esse espaço de fronteira, apesar de ser controlado não é uma passagem restringida para população, pelos aspectos já indicados anteriormente.

Em consonância a isso, a fala do Sr. A dialoga principalmente com a sua prática porque em alguns momentos o entrevistado regressa para o Paraguai para comprar produtos, como brinquedos para seus filhos, alimentos que podem ser encontrados em Salto Del Guayrá e aparelhos eletrônicos/aparelhos para seu ofício e afins. Se o retorno ao Paraguai se constitui enquanto interesse por bens de consumo, também existe o entendimento do mesmo entrevistado acerca de visitar seus familiares em *Capiibary* (há 215 quilômetros da fronteira), outro aspecto que influencia a transição entre esse espaço.

Desse modo, posso pensar e analisar a fronteira a partir da prática do Sr. A e muitos outros sujeitos que vivenciam esse espaço em Guaíra. Entendo que a fronteira delimita países e estados, como no caso específico da presente pesquisa, entretanto, não restringe as locomoções, convergências de trajetórias e horizontes de possibilidades construídos pelos sujeitos. Em consonância a esse aspecto, é nesse espaço que são construídas

especificidades do capitalismo transfronteiriço que estão imbricadas nas condições de imigrantes e que reverberaram na experiência do Sr. A, como será analisado em seguida:

Entendi, mas vamos lá, por que que você veio pra cá? No sentido assim, alguém chamou você? Você ouviu falar que aqui na fronteira, aqui em Guaíra

Sr. A: Sim, na verdade apareceu uma oportunidade né, um colega meu, falou pra nós assim ó, “vamos lá

Que tem gente precisando de trabalho?

Sr. A: “Que tem gente precisando de trabalho, trabalhar, arrancar mandioca, fazer duas cargas por dia, quanto mais arrancar, se ganha melhor”, então vamos (Entrevista realizada com o Sr. A, Terra Roxa, 14/07/2024).

O “aparecer uma oportunidade” é um primeiro indício de justificativa para construção da trajetória do entrevistado e se apresenta, também, enquanto vislumbre pelo trabalho em

decorrência da condição precária/pressão econômica que este vivenciou com seus familiares no Paraguai. No caso específico, esse aspecto é a necessidade de trabalhar para sanar uma pressão moral, sendo essa o “sustentar” os filhos, mesmo tendo deixado eles de lado com sua ex-companheira. A contrariedade na própria busca de trabalho para esse aspecto, está imbricada na subjetividade do entrevistado (Portelli, 1996), porque diferente do pai do Sr. A que deixou sua família e foi embora, o entrevistado mesmo saindo de perto de seus filhos, buscou formas de auxiliá-los, aspecto que o entrevistado mencionou em outros momentos da entrevista.

Por outro lado, desde antes do nascimento do Sr. A, a região para onde ele imigrou (Oeste do Paraná) já passou por um processo de reorganização da produção agrícola (Moreira, 2023). No qual houve o aumento da utilização agrotóxicos, insumos agrícolas e principalmente de máquinas para o cultivo e para a plantação de culturas agrícolas. Essa dinâmica é mais palpável na produção de culturas como a soja e o milho (predominantes em Guaíra e região), mas não é o mesmo caso da cultura agrícola da mandioca, função onde ele trabalhou.

O “arrancadão de mandioca” é uma prática recorrente nessa região, que envolve justamente o trabalho manual de trabalhadores paraguaios e em alguns casos de indígenas da região, ou seja, não compreendendo também a reorganização da produção agrícola. A mandioca é recolhida para produção de fécula (farinha de mandioca), prática que é realizada principalmente por sitiante que possuem menos que um módulo rural (20 hectares, ou 8,5 alqueires de terra), porém não possuem maquinário e ou acesso para produção das culturas agrícolas da soja e do milho. A própria propriedade onde Sr. A foi contratado era um sítio de cinco alqueires que se localizava na divisa entre Guaíra e Terra Roxa (na divisa com esta última), espaço onde havia outros cinco paraguaios laborando em conjunto com o entrevistado. Nesse sentido, chegamos no seguinte diálogo quando o entrevistado comentou como foi o trabalho nessa propriedade:

E assim, você veio pra essa propriedade, você estava falando que você tava trabalhando como trabalhador rural né!? Arrancando mandioca

Sr. A: É, isso, a gente tava arrancando mandioca
Mas aí você trabalhou um mês para esse sujeito?

Sr. A: A gente trabalhou um mês
Mas e aí você pode contar assim, mais detalhes, porque eu queria entender uma coisa, você falou que o cara deu um pé, deu um, passou a perna em vocês e o que que aconteceu, você pode

Sr. A: Foi assim ó, nois viemos pra cá, tipo assim, ninguém sabia falar português né!?

Tem essa questão também, huhum

Sr. A: É, ninguém sabia falar em português, não conhecia o dinheiro também, daí o cara que trouxe nois aí, bem dizer, no final assim, a gente foi fazer as contas e não deu em nada.

Não entregou nada pra vocês?

Sr. A: Não, entregou, entregou sim, mas assim, diz que as comidas ficou tão cara e tals, entendeu?

Entendi, ele cobrou pela comida, pelas coisas

Sr. A: No final não sobrou nada, daí tava meu e um colega meu, daí viemos para a cidade, viemos para a cidade, conheceu umas turmas aí, aí as turmas falou assim, não, fizemos as contas, aí saímos deles lá e viemos trabalhar aqui [na cidade] né. (Entrevista realizada com o Sr. A, Terra Roxa , 14/07/2024).

Durante uma conversa em família, onde eu estava explicando sobre o meu objeto de pesquisa do doutorado (trabalho análogo a escravidão no espaço de fronteira de Guaíra) que Sr. A mencionou que havia vivenciado similaridades com as descrições comentadas, narrando a situação que posteriormente seria recorrida no momento da entrevista e significada a partir da memória, como pode ser observado a partir dessa transcrição.

O Sr. A menciona “a gente foi fazer as contas e não deu em nada”, utilizando a metáfora para sugerir uma relação envolta no desconto do ordenado a partir da dívida de materiais, ferramentas, objetos. Essa relação é considerada ilegal, mas na prática é utilizada em variados espaços de trabalho no tempo presente e em sua forma extrema é considerado como: escravidão por dívida, uma característica do trabalho análogo a escravidão. Desse modo, tenho como intenção discutir essa categoria, partindo do pressuposto da legislação criminal⁷ e entendo que o entrevistado foi submetido nessa relação de exploração, utilizando disso para refletir sobre essa vivência para Sr. A e como este lidou com isso.

A prática do trabalho como diarista no campo na colheita da mandioca, como mencionado pelo entrevistado é recorrente na região e ao mesmo tempo, essa relação de exploração no qual o salário é descontado em bens de consumo, ferramentas, roupas e outros

⁷ Desde a década de 1940, com a criação do artigo 149 do Código Penal já existe a criminalização do trabalho análogo a escravidão, o descendo enquanto “Redução a condição análoga à de escravo” que consiste na prática quando o trabalhador vivencia “a submissão a trabalhos forçados ou a jornadas exaustivas, a sujeição a condições degradantes de trabalho e a restrição de locomoção do trabalhador” (Código Penal, 2017, p.62). Porém, só foi nos primórdios dos anos 2000 que essa legislação foi revisitada, mesmo existindo debates e discussões que perpassam todo século XX. Até mesmo o conceito utilizado “trabalho análogo a escravidão”, consiste no embates de narrativas, hora abordando o trabalhador enquanto objeto da superexploração do sistema capitalista, ou vítima, hora buscando refletir sobre as experiências envoltas nessa relação, bem como analisar como o próprio trabalhador entendia essa relação (Silva, 2022, p.10-15). Me encontro em mais acordo com a segundo tipo de análise, porque ao analisar o trabalhador que vivencia essa situação apenas enquanto “vitima” do sistema, é possível cair na armadilha de tanto tratar esse sujeito como “uma marionete em um teatro pré-determinado e definitivo da história”, dialogando com Thompson (1981, p.180-190), assim como quando realizamos isso, nos esquecemos daquilo que compõem as trajetórias e vivências dos trabalhadores, sendo essa as percepções e significados que são construídos.

objetos, frequentemente se vincula com outras práticas de exploração. Dentre essas, é possível destacar jornadas extensivas, ou seja, em mais de 8 horas de trabalho ao dia e a insalubridade no espaço de trabalho, em outras palavras um espaço inadequado para o repouso e ou até mesmo possibilidade de trabalho. Em consonância a isso, essas práticas não são isoladas em âmbito do Oeste do Paraná, nem estão relacionadas a temporalidade recente do começo do século XXI, mas sem relacionam com uma constância de certas relações de trabalho em todo Brasil.

Surkamp & Lima (2012) analisando o trabalho de sujeitos que estavam laborando em sítios que produziam da erva mate nos três estados do sul do Brasil perceberam desconto do salário por dívida e jornadas extensivas em primórdios do século XXI, o descrevendo como trabalho análogo a escravidão. Em outra frente, José de Souza Martins (2009; 2023) ao analisar as relações de trabalho escravo por dívida também observou detalhes similares, percebendo em regiões do Mato Grosso e Amazonas nas décadas de 1970 e 1980 a superexploração do trabalho. Ao debater sobre o assunto, o autor construiu problemáticas em torno das motivações para a existência desse tipo de relação de exploração, concluindo que são relações anticapitalistas que contribuem para a reprodução e intensificação do capital.

Alguns autores (Pauletti & Castilho, 2016) caracterizaram a situação vivenciada por paraguaios que trabalhavam na colheita da mandioca no espaço de fronteira entre o Paraguai e o Mato Grosso do Sul (cerca de 30 quilômetros de Guaíra-PR), enquanto trabalho análogo a escravidão a partir de fontes judiciais (processos criminais). No início de seu texto, os autores mencionaram que:

Traficar seres humanos aos dias de hoje, em pleno século XXI, parece coisa do passado, um equívoco histórico, um deslize do humano em suas relações com outros humanos, mas infelizmente não é e, o que é pior, pelas mesmas razões do passado, ou seja, por questões de lucro, comércio, poder, supremacia e descompromisso com a pessoa do outro, infelizmente, esta prática é atual, está acontecendo agora e em vários locais tidos como distantes dos olhos da lei ou muitas vezes, inescrupulamente, perto da gente, nos grandes centros urbanos (Pauletti & Carvalho, 2016, p.1-2).

A forma selecionada para a escrita é uma evidência da perspectiva dos escritores, buscando convencer o leitor sobre os horrores do tráfico de humanos e o trabalho análogo a escravidão. A comparação com a “coisa do passado” sugere que eles compreendem esse tipo de relação de exploração (trabalho análogo a escravidão) similar aos estudados em livros de história sobre a escravidão de povos africanos durante o período colonial e imperial da História do Brasil.

Não discordo dos autores e comprehendo que essas relações escravistas ocorrem no espaço de fronteira e envolvem variados sujeitos, assim como perpassam pelo “arrancadão de mandioca”, como experienciado por Sr. A e mencionado por este a partir da dívida e sugerido pelas dificuldades no espaço de trabalho. Porém, diferente de Pauletti & Castilho (2016), entendo que o trabalho análogo a escravidão não é apenas uma permanência e ou resquício da escravidão do passado, mas sim está relacionado com um processo de intensificação da exploração em certos⁸ meandros do espaço de trabalho.

Entendo que é imprescindível refletir sobre as diferenças entre ambas as situações, porém comprehendo que é necessária uma discussão com mais folego e focada nessa questão. Como este não é o propósito do presente artigo, posso discutir de forma sucinta sobre o conceito de exploração a partir do diálogo com Thompson (2012 p.11-20) que entende este a partir da categoria analítica enquanto relação social. O autor ao propor isso, comprehende os aspectos econômicos do antagonismo de classe, mas busca pensar sobre as desigualdades, as pressões e tensões sociais, e a construção de limites dentro da classe de trabalhadora. Desse modo, é necessário considerar que mesmo uma experiência de um mês, como a vivenciada por Sr. A é relevante para se pensar sobre as dinâmicas do capital, dentro e fora dessa relação.

Em sua narrativa, Sr. A realiza uma comparação entre o dinheiro e a língua, em decorrência dele já estar no Brasil há mais de dez anos, em outras palavras, conhecendo algumas dessas dinâmicas e podendo compreender aspectos que anteriormente não eram entendidos. Esses aspectos se relacionam as especificidades da condição da imigração que nesse caso se encontraram enquanto mote da intensificação da exploração em espaços de fronteira. Ao narrar o desconto e respaldado por seus conhecidos, Sr. A sugere uma noção em torno de justiça, que engloba o valor do pagamento pelo trabalho, relacionando este a necessidade e interesse de sair da propriedade e ir morar na cidade.

A sua ida para cidade também é significativa para essa narrativa, porque foi no espaço urbano que o entrevistado apreendeu seus ofícios atuais, laborando com a construção de

⁸ É necessário existir certa cautela ao analisar as relações de trabalho, como o trabalho análogo a escravidão para não construir noções em torno do relativismo sobre a exploração nos casos analisados. É evidente que a partir da legislação criminal e trabalhista brasileira, é possível delimitar o que tratasse esse fenômeno, assim como é possível perceber, a partir do diálogo com bibliografia (Gomes, 2013, p.481-522) que a nomenclatura “trabalho análogo a escravidão” foi utilizada enquanto mote de discussão sobre a precarização do trabalho nas décadas de 1970 no Norte do Brasil, assim como, foi e é utilizada enquanto forma de impactar e sensibilizar a sociedade a respeito dos significados atribuídos a extrema exploração do trabalho no tempo presente. Desse modo, entendo que a partir de evidências é possível delimitar essa relação e evitar a conclusão que modos de trabalho precarizados são análogos a escravidão, bem como, afastar-se de entender que esse tipo de situação não existe por concluir que tratasse de algo do passado.

cerâmica em edificações (casas, sítios e espaços públicos). Esse aspecto apesar de ser brevemente destacado no trecho, é bastante mencionado ao longo da entrevista e do pós entrevista, porque foi nesse espaço que Sr. A conseguiu se estabelecer após a experiência de exploração no campo, morando numa casa alugada, no bairro “BNH”, mais afastado do centro da cidade, com outros colegas paraguaios.

Quando o questionei sobre o aspecto étnico, para entender certas dinâmicas sociais que envolveram o trabalho dele, assim como a sua imigração para Guaíra, chegamos no seguinte diálogo:

Entendi. Mas você diria que hoje assim tem um certo preconceito, é seja porque, é, você seja paraguaio, ou algo do tipo assim, as pessoas aqui na, você diria que tem um pouco disso?

Sr. A: Eu acho que não, preconceito eu acho que não tem, eles trazem mais esses estrangeiros por causa que, os daqui não faz né!? Hoje mesmo, força, falar assim igual eu fazia, arrancar mandioca, tem que ser equipe de lá, eu tenho até um amigo meu que, ele traz

Traz uns paraguaios?

Sr. A: Traz paraguaios, aonde eles usa mais eles né? Pra esses tipos de, de Trabalho mais pesado?

Sr. A: É, é, o povo daqui não encara isso aí, tipo assim, eu vejo os índios, os cara vai lá, chama os índios pra capina roça, entendeu? Mais pra isso daí Sim.

Sr. A: Porque os daqui não faz, se entendeu? (Entrevista realizada com o Sr. A, Terra Roxa, 14/07/2024).

Sr. A ao mencionar o “o povo daqui não encara isso”, repete o raciocínio em vários momentos, sugerindo que o ofício de laborar na produção de cultivo da mandioca é penosa e até mesmo exploratória, seguindo a sua própria experiência. Por outro lado, isso também indica o quanto isso foi significativo para a construção da sua memória ao vir morar no Brasil. Por ser solidário e empático com os demais paraguaios e colegas (que assim como ele) foram submetidos ao trabalho análogo a escravidão e também enquanto reconhecimento da disputa de classe presente nessa relação.

Essa fala também se encontra com as lembranças em decorrência que Sr. A já havia laborado no Paraguai, enquanto sitiante, tanto ajudando seu padrasto e familiares na propriedade em *Capiibary*, quanto realizando outros ofícios no mesmo distrito, como trabalhador rural. Desse modo, o seu mote de recordações, experiências de trabalho anteriores também se fazem presente na narrativa, influenciando a construção de percepções e reflexões em torno do *ser trabalhador* para ele.

O entrevistado ao narrar esses aspectos, também observou sua “desgraça” de ter se submetido a essa relação, compreendendo problemas e dificuldades na imigração e por fim

reconhecendo que a situação que ele tem hoje está diferente de quando ele chegou em Guaíra em inícios da década de 2010. Esse aspecto perpassa pela trajetória dele seja quanto ao trajeto que ele realizou ao cruzar a fronteira, mas também enquanto a noção que ele atribuiu ao laborar no “arrancadão de mandioca” e encontrar outra profissão (pedreiro) que apesar de ser penosa, é diferente da vivenciada anteriormente.

Em abril de 2025, numa conversa durante um almoço com um amigo que reside em Guaíra, ouvi que: “a diferença é que os paraguaios gostam de trabalhar [diferente dos brasileiros]”. A fala dele estava relacionada ao trabalho em sítios e entra em contraposição com a narrativa apresentada por Sr. A, envolvendo o foco no desejo de laborar em contrapartida com a necessidade de se realizar isso.

Sr. A não responde se ter vivenciado essa situação foi algo gostoso, seja porque isso não foi perguntado, seja porque as indicações da sua fala vão num caminho contrário, relacionado a pensar o quanto essa relação foi sofrida. Dois indícios podem ser percebidos a respeito disso, sendo esse o desejo de contar esse relato quando indiquei o meu propósito de pesquisa, mas também o fato do entrevistado ser enfático em seu raciocínio.

Entendo que poderia ser questionado outros aspectos para entender melhor a narrativa de Sr. A para essa discussão, assim como a frase do meu conhecido, porém conhecendo esse último também, é possível constar que a sua fala se relaciona com o espaço epistemológico ao qual esse dialoga. O amigo dos meus pais é filho de um sitiante que labora com seu pai e que em algumas ocasiões contrata paraguaios para laborar em dois sítios que ele possui. Nesse sentido, sua frase se relaciona com a noção de classe (patronal), em contrapartida a considerar a realidade da sobrevivência dos sujeitos que são contratados.

Desse modo, é possível concluir que não é necessário e talvez interessante questionar se os sujeitos gostam e ou deixam de gostar de trabalhar, mas sim compreender que existe um antagonismo de classe presente na relação de trabalho. Este fica mais explícito quando são construídas narrativas, como as apresentadas anteriormente pelo meu conhecido, mas também se intensificação, relacionando com práticas e relações de exploração como as discutidas nesse artigo.

Considerações Finais

Esse texto teve como proposta, refletir sobre uma Guaíra do começo do século XXI, onde o espaço de fronteira que dialoga com experiências da imigração e do trabalho foram o foco. Assim, ao analisar os assuntos apresentados, busquei dialogar com minha própria subjetividade, porque nasci nesse município, considero Sr. A como um amigo da família, mas não estava ciente da complexidade das relações sociais de trabalho que este estabeleceu. Ao pensar sobre as narrativas do entrevistado, tentei compreender quais eram os significados que esse sujeito atribuiu dentro das relações construídas no espaço da sua trajetória, desde Coronel Oviedo até Guaíra, desde o conforto e lazer com sua mãe e avó, até a relação sofrida vivenciada no sítio. É evidente que a sua história não esteve compreendida na dualidade de espaços e emoções, mas o que busquei realizar esteve imbricado numa análise onde a fala, a memória e as interpretações em torno dos fatos foram relevantes para analisar o trabalho análogo a escravidão.

Nesse artigo também almejei praticar e analisar as relações dessa categoria de trabalho, partindo do pressuposto que este se relaciona ao tema central do meu doutorado em História que foi iniciado em março de 2025. Desse modo, as conclusões apresentadas são pontos de reflexões, possibilidades e primeiras análises em detrimento a algo que está encerrado e amadurecido. Pensando esse aspecto, ainda serão desenvolvidas pesquisas em torno da temática, assim como problematizações aprofundadas, onde tenho como propósito justamente pensar “*como o trabalho análogo a escravidão exerce pressões aos sujeitos imigrantes na fronteira*” e “*e os sujeitos que não denunciam essas relações e ainda continuam em outros trabalhos no Brasil*”?

Apesar de entender que essa pesquisa começou recentemente (desde março de 2025), comprehendo que a prática nesse artigo se revelou enquanto relevante para perceber a necessidade de discussões a respeito das relações de exploração e o trabalho análogo a escravidão estabelecida no espaço de fronteira. Apesar de já existirem discussões variadas a respeito desse último tópico, comprehendo que as análises em torno da categoria de trabalho ainda são esparsas, seja porque o tema se encontra numa seara polêmica, seja porque é um fenômeno que vem sendo discutido há pouco tempo. Assim, me proponho a pensar a respeito dessas relações estabelecidas no espaço fronteiriço, problematizando como os sujeitos construíram entendimentos “dentro” dessa escravidão contemporânea.

Referências

ALBUQUERQUE, José. Imigração em territórios fronteiriços. **Anais do VI Congresso Português de Sociologia: Mundos sociais, Saberes e Práticas.** Lisboa: Editora da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, v.1, n.6, p.1-13, 2008.

CÓDIGO PENAL. – Brasília: Coordenação de Edições Técnicas do Senado Federal, 2017.

GOMES, Ângela de Castro. Justiça do trabalho e trabalho análogo a de escravo no Brasil: experiências, limites e possibilidades. In: GOMES, Ângela de Castro & TEXEIRA, Fernando do (Org.). **A Justiça do trabalho e sua história.** Campinas: Editora Unicamp, 2013, p.481-522.

LAVERDI, Robson. **Tempos Diversos, Vidas Entrelaçadas: Trajetórias itinerantes de trabalhadores no Extremo-Oeste do Paraná.** Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

MARTINS, José. Fronteira. **A degradação do outro nos confins do humano.** São Paulo: Editora Contexto, 2009.

MARTINS, José. **Capitalismo e Escravidão na sociedade pós-escravista.** São Paulo: Editora Unesp, 2023.

MOREIRA, Wagner. **Os imperativos do agronegócio: Histórias de trabalhadores e camponeses no processo de reorganização das relações de trabalho no campo e a luta pela reforma agrária (Oeste do Paraná, 1970-2020).** Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2023.

MUNTOREANU, Hortência Zeballos. **Guahyrá – Guaíra.** São Paulo: Editora Arte Impressa, 1992.

PAULETTI, Maucir & CASTILHO, Maria. Trabalho escravo: o caso dos trabalhadores paraguaios na colheita da mandioca em MS. **Anais do XVIII Congresso Internacional de Direitos Humanos:** Editora da Universidade Católica Dom Bosco/UFMS, Campo Grande, v.16, p.1-21, 2016.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo,** Rio de Janeiro, n.2, p.59-72, 1996.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral e Poder.** Mnemosine, Campina Grande, n.2, p.2-13, 2010.

ROCHA, Ana Paula Azevedo da; FERRARI, Maristela. Fluxos reticulares transfronteiriços entre Brasil e Paraguai a partir de Guaíra e Salto Del Guairá. In: CAMPOS, Bruno Ferreira; FERRARI, Maristela; ROOS, Djoni. **Geo-grafias nos espaços de fronteiras: Dinâmicas e Conflitos.** 1 Ed. Marechal Cândido Rondon: Geografias na(s) Fronteira(s), 2024, p.15-34.

SILVA, José Flávio. **Antes e o Depois das Sete Quedas:** O espaço geográfico de Guaíra-PR. Toledo: Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, 2008. 166 p. (Dissertação, mestrado: Desenvolvimento Regional e Agronegócio).

SILVA, Nauber. **A escravidão contemporânea no interior de São Paulo (1991-2010)**. São Paulo-SP: Editora da Universidade de São Paulo/Sagga, 2022.

SURKAMP, Luize & LIMA, Benedito. **Erva Mate:** erva que escraviza. Fortaleza-CE: Editora La Barca, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da Classe Operária V.2 (A Maldição de Adão)**. São Paulo-SP: Paz e Terra, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **Miséria da teoria ou um Planetário de Erros, uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1981.

THOMSON, Alistar. Quando a memória é um campo de batalha: Envolvimentos pessoais e políticos com o passado do exército nacional. **Projeto História**, São Paulo, n.16, p.277-296, fev. 1998.

Fontes históricas

Sr. A (pseudônimo). **Entrevista realizada por Vanderson Wiliam Ribeiro no dia 14 de julho de 2024 no Município de Guaíra**. Paraná.

Diário de Ernest Mann (1970) – Acervo do Núcleo de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Campus de Marechal Cândido Rondon). Acesso a partir da consulta presencial entre outubro e novembro de 2022